A Construção do Conceito de Liberdade Expressão na Jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos da América

**The Construction of the Concept of Freedom of Speech in the Jurisprudence of the
United States Supreme Court**

José Arthur Sedrez

Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. Professor Universitário.

josesedrez@mpf.mp.br

*Este estudo analisa a construção do conceito de liberdade de expressão na jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos, com foco nas limitações impostas ao longo do tempo. A justificativa para essa pesquisa está no impacto significativo das decisões da Corte na configuração do direito à liberdade de expressão no contexto norte-americano e sua influência no entendimento global desse direito fundamental. A hipótese central é que a Corte, ao longo do tempo, tem limitado progressivamente a liberdade de expressão em situações específicas, como incitação à violência e discurso de ódio, a fim de preservar a ordem pública e a segurança nacional. O objetivo geral é investigar como a Suprema Corte construiu e delimita o conceito de liberdade de expressão, observando os casos mais relevantes e suas implicações. Os objetivos específicos incluem analisar a evolução da jurisprudência da Corte em casos como *Schenck v. United States* (1919), *Dennis v. United States* (1951), *Brandenburg v. Ohio* (1969) e *R.A.V. v. City of St. Paul* (1992), entre outros, e identificar os princípios que guiaram as decisões que restringem ou ampliam esse direito. O método utilizado é a análise qualitativa das decisões da Suprema Corte, com base em uma abordagem histórica e interpretativa. Conclui-se que, embora a liberdade de expressão seja amplamente protegida, a Suprema Corte tem adotado uma postura cautelosa ao restringir expressões que representem uma ameaça concreta à ordem pública e à segurança, sempre buscando o equilíbrio entre os direitos individuais e os interesses coletivos.*

Palavras-chave: discurso de ódio, jurisprudência, liberdade de expressão, Primeira Emenda, Suprema Corte.

This study analyzes the development of the concept of freedom of speech in the jurisprudence of the United States Supreme Court, focusing on the limitations imposed over time. The justification for this research lies in the significant impact of the Court's decisions on shaping the right to freedom of speech in the American context and its influence on the global understanding of this fundamental right. The central hypothesis is that, over time, the Court has progressively limited freedom of speech in specific situations, such as incitement to violence and hate speech, in order to preserve public order and national security. The general objective is to investigate how the Supreme Court has constructed and delineated the concept of freedom of speech, examining the most relevant cases and their implications. Specific objectives include analyzing the evolution

of the Court's jurisprudence in cases such as *Schenck v. United States* (1919), *Dennis v. United States* (1951), *Brandenburg v. Ohio* (1969), and *R.A.V. v. City of St. Paul* (1992), among others, and identifying the principles guiding decisions that either restrict or expand this right. The method used is a qualitative analysis of the Supreme Court's rulings, based on a historical and interpretive approach. It concludes that, although freedom of speech is broadly protected, the Supreme Court has adopted a cautious stance in restricting expressions that pose a concrete threat to public order and security, always seeking a balance between individual rights and collective interests.

Keywords: hate speech, jurisprudence, freedom of speech, First Amendment, Supreme Court.

Considerações Iniciais

A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais mais caros às democracias modernas, sendo amplamente reconhecida e defendida nas constituições dos países democráticos. Os Estados Unidos da América não fogem à regra, consagrando sua proteção na Primeira Emenda de sua Constituição.

A Suprema Corte dos Estados Unidos desempenhou papel central na formação e interpretação desse direito ao longo de sua história, moldando a fronteira de uma fala que mereça ser protegida pela Constituição, daquela que merece algum tipo de censura estatal. Essa fronteira nem sempre é tão clara, e não é estabelecida senão mediante muitas controvérsias e debates. A construção do conceito de liberdade de expressão através da jurisprudência da Corte reflete as tensões entre valores fundamentais como a liberdade individual e a necessidade de proteger a segurança pública, a ordem social e outros direitos constitucionais (Stone, 2010; Sunstein, 1993).

Desde o início do século XX, as decisões da Suprema Corte evoluíram de uma proteção restrita contra censura governamental para uma visão mais ampla, considerando o impacto da expressão na sociedade. Casos como *Schenck v. United States* (1919) marcaram o início da

formulação de critérios para equilibrar a liberdade de expressão com a segurança nacional, sendo a doutrina do "perigo claro e presente" um exemplo importante. À medida que o país enfrentava novos desafios, como a guerra do Vietnã, a segregação racial e os direitos civis, a Corte começou a ampliar a interpretação da Primeira Emenda, reconhecendo a necessidade de proteger expressões políticas e sociais, mesmo quando esses discursos poderiam ser considerados controversos ou provocativos (Klarman, 2004; Miller, 2010).

Um aspecto crucial dessa evolução foi a constante negociação entre a proteção da liberdade de expressão e as exceções a essa proteção, especialmente em relação ao discurso de ódio, incitação à violência e difamação. Decisões como *Brandenburg v. Ohio* (1969) e *R.A.V. v. City of St. Paul* (1992) ilustram como a Corte definiu limites para proteger o discurso em face da segurança pública, ao mesmo tempo em que reconheceu a importância da liberdade de expressão para o funcionamento de uma sociedade democrática (Balkin, 2001). A construção do conceito de liberdade de expressão não se deu de forma linear, mas foi resultado de uma análise cuidadosa das circunstâncias sociais e políticas de cada época, refletindo o papel vital do discurso público no processo democrático.

Apesar da proteção robusta da liberdade de expressão, a jurisprudência da Suprema Corte também demonstrou a complexidade de equilibrar esse direito com outras necessidades sociais, como a prevenção de danos à reputação e a proteção de minorias. O caso *Chaplinsky v. New Hampshire* (1942), por exemplo, introduziu a ideia de que certos tipos de discurso, como os considerados "injuriosos" ou "de ódio", podem ser restritos sem violar a Primeira Emenda. Assim, a Corte construiu uma jurisprudência que, ao mesmo tempo, garante a liberdade de expressão e reconhece as limitações necessárias para preservar a ordem pública e a dignidade humana (Bowers, 2012; Abrams, 1997).

O objetivo deste artigo é analisar a construção do conceito de liberdade de expressão na jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos, investigando como a Corte tem moldado esse direito ao longo do tempo e os desafios que surgiram em sua aplicação. Este estudo busca oferecer uma visão detalhada sobre como as decisões judiciais influenciaram o entendimento e a aplicação da Primeira Emenda, refletindo sobre as tensões entre liberdade individual e segurança social. Ao examinar essas decisões e os fatores que orientaram a Corte, este artigo contribui para o entendimento da evolução do conceito de liberdade de expressão e seus impactos na sociedade contemporânea.

A Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América

A Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, ratificada em 1791 como parte da Carta de Direitos (Bill of Rights), representa um dos mais importantes instrumentos legais de proteção dos direitos individuais no país. Ela estabelece as bases para a liberdade de expressão, religião, imprensa, reunião e petição,

sendo basilar para a democracia americana. A formulação da Primeira Emenda foi profundamente influenciada por acontecimentos históricos, movimentos filosóficos e debates políticos ocorridos na Europa e nas colônias americanas antes e durante a Revolução Americana (Tushnet, 1999).

As colônias americanas enfrentaram severas restrições à liberdade de expressão, muitas vezes impostas por autoridades britânicas. A censura governamental era prática comum, e livros, jornais e discursos dissidentes eram frequentemente reprimidos. Além disso, as autoridades coloniais controlavam a imprensa, como no caso da proibição do jornal de John Peter Zenger, um jornalista que criticava o governo de Nova York, mas foi absolvido em 1735. Esse evento foi um marco na defesa da liberdade de imprensa e no reconhecimento da importância do direito à crítica política (Schultz, 2001).

A ideia de liberdade de expressão, no entanto, tem raízes mais profundas nas tradições filosóficas europeias, especialmente nas teorias do iluminismo. Filósofos como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Voltaire influenciaram as ideias dos fundadores americanos, promovendo a ideia de que o governo deveria ser limitado e que os direitos individuais, incluindo a liberdade de expressão, não deveriam ser violados pelo Estado (Perry, 2002). Esses pensadores defenderam que a liberdade de expressão era essencial para o progresso social e político, permitindo o debate público e a formação de uma opinião pública informada e crítica.

A experiência da Primeira Emenda foi também moldada pela oposição dos fundadores à Igreja Anglicana e à interferência religiosa nas questões políticas. A busca pela separação entre Igreja e Estado foi uma resposta direta à intolerância religiosa experimentada nas

colônias. A Primeira Emenda, ao estabelecer a liberdade de religião, refletiu o desejo de garantir que nenhuma religião fosse favorecida ou controlada pelo governo, criando um ambiente onde a diversidade religiosa pudesse florescer sem a intervenção do Estado (Gordon, 1999).

A formulação da Primeira Emenda foi um resultado direto dos debates e tensões políticas entre os federalistas, que defendiam um governo central forte, e os anti-federalistas, que temiam que um governo central pudesse restringir os direitos individuais. Durante as discussões sobre a ratificação da Constituição em 1787-1788, muitos estados, preocupados com a ausência de uma declaração explícita de direitos, exigiram a inclusão de uma Carta de Direitos. James Madison, inicialmente cético quanto à necessidade de uma Carta de Direitos, acabou sendo o principal defensor da inclusão de emendas que garantissem direitos individuais fundamentais (Ackerman, 1991).

Madison, ao redigir a Primeira Emenda, teve em mente o ideal de limitar o poder do governo sobre os cidadãos, especialmente em questões que diziam respeito à liberdade de expressão e de imprensa. Ele entendia que uma nação democrática dependia da capacidade dos indivíduos de se expressarem livremente, sem medo de represálias do Estado. Assim, a Primeira Emenda foi concebida para garantir que o governo federal não interferisse nas liberdades fundamentais dos cidadãos, estabelecendo uma base legal para o direito de se expressar livremente, praticar qualquer religião ou formar grupos políticos (Tushnet, 1999).

A linguagem da Primeira Emenda reflete essa preocupação com a proteção contra a opressão governamental. O texto original é conciso e direto: "O Congresso não fará nenhuma lei que [...] restrinja a liberdade de expressão ou

de imprensa [...]". Esse enunciado curto foi, em grande medida, resultado da influência de pensadores como Thomas Jefferson, que defendiam a liberdade de expressão como um direito fundamental e inseparável da própria natureza humana (Jefferson, 1787). A escolha de palavras como "nenhuma lei" reflete a intenção de garantir uma proteção absoluta contra a censura, limitando a intervenção do governo em assuntos relacionados à expressão pública.

No entanto, a redação da Primeira Emenda também gerou debates sobre suas possíveis limitações. Os primeiros juízes e legisladores interpretaram a emenda de maneira mais restritiva, entendendo que ela apenas limitava as ações do Congresso e não se aplicava a leis estaduais. Isso foi corrigido no século XX, quando a Corte Suprema dos Estados Unidos começou a aplicar a Primeira Emenda à atuação dos estados, utilizando a doutrina da "incorporação" através da Quarta Seção da Décima Quarta Emenda (*Gitlow v. New York*, 1925). Essa mudança ampliou a proteção da liberdade de expressão, garantindo que ela fosse respeitada em todo o território nacional, independentemente da jurisdição.

Embora a Primeira Emenda tenha sido fundamental para garantir a liberdade de expressão, o debate sobre seus limites começou logo após sua adoção. A Corte Suprema, ao longo das décadas, precisou enfrentar a questão de até que ponto a liberdade de expressão poderia ser protegida sem comprometer outros valores essenciais, como a ordem pública e a segurança nacional. Casos como *Schenck v. United States* (1919), onde a Corte estabeleceu a doutrina do "perigo claro e presente", ilustram a tensão entre a proteção da liberdade de expressão e a necessidade de regular discursos que poderiam incitar violência ou ameaçar a segurança pública (Stone, 2010).

Ao longo do século XX, a Primeira Emenda continuou a evoluir, com a Corte Suprema se debruçando sobre questões complexas envolvendo discurso de ódio, pornografia e incitação à violência. A interpretação da emenda passou a considerar o impacto da expressão na sociedade, estabelecendo limites, mas mantendo o princípio fundamental de que a liberdade de expressão era um direito essencial para o funcionamento de uma democracia (Sunstein, 1993). Assim, a Primeira Emenda, ao longo de sua história, tem sido interpretada de maneira a equilibrar a proteção da liberdade individual com a preservação da ordem pública e da segurança social.

Em resumo, a formulação da Primeira Emenda reflete os ideais dos fundadores americanos de limitar o poder do governo sobre os direitos individuais, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão. Seu conteúdo foi moldado por influências filosóficas do Iluminismo, pela experiência colonial com a censura e pela necessidade de garantir um espaço democrático para a crítica e o debate público. Embora a aplicação desse direito tenha evoluído ao longo do tempo, a Primeira Emenda continua sendo um dos maiores marcos na proteção das liberdades individuais nos Estados Unidos, desempenhando um papel central na formação da identidade democrática do país.

Liberdade de Expressão e Ofensa a Minorias na Jurisprudência da Suprema Corte

A liberdade de expressão é um dos direitos mais protegidos pela Constituição dos Estados Unidos, garantido pela Primeira Emenda. No entanto, ao longo da história, a Suprema Corte teve que equilibrar essa liberdade com a necessidade de proteger grupos minoritários de discursos ofensivos e discriminatórios. O debate

sobre o limite entre a liberdade de expressão e as ofensas a minorias tem sido uma questão central nas decisões da Corte, refletindo a tensão entre a proteção da liberdade individual e a proteção contra o discurso de ódio e a discriminação.

Um dos primeiros casos a abordar a relação entre a liberdade de expressão e ofensas a minorias foi *Chaplinsky v. New Hampshire* (1942), onde a Corte determinou que certas formas de discurso, como insultos e palavrões dirigidos a indivíduos, não são protegidas pela Primeira Emenda. No caso, Chaplinsky, um pregador religioso, foi preso após chamar um oficial de polícia de "filho da puta". A Corte estabeleceu que as "palavras de baixo calão", que incitam hostilidade ou violência, não são protegidas, criando a doutrina dos "discursos injuriosos", ou "fighting words". Embora a decisão tenha sido criticada por sua limitação da liberdade de expressão, ela representou uma tentativa da Corte de equilibrar a proteção de grupos vulneráveis contra a hostilidade.

Avançando para o caso *Brandenburg v. Ohio* (1969), como veremos em detalhes no próximo capítulo, a Corte revisitou a questão do discurso incitador, estabelecendo que o discurso só poderia ser punido se incitasse uma ação ilegal iminente. Nesse caso, Clarence Brandenburg, um líder do Ku Klux Klan, foi processado por fazer declarações que incitavam violência racial contra grupos minoritários. A Corte decidiu que o discurso que incita violência deve ser analisado sob a ótica da "incitação iminente", estabelecendo o "teste de incitação clara e presente". Esse caso ampliou as proteções da liberdade de expressão, reconhecendo a importância de garantir a liberdade de discurso, mesmo quando ele se dirige contra grupos marginalizados, desde que não incite violência imediata.

Em *R.A.V. v. City of St. Paul* (1992), a Suprema Corte novamente enfrentou o problema do discurso de ódio, mas desta vez se deparou com uma lei municipal de St. Paul que proibia a exibição de símbolos de ódio, como a suástica. A Corte considerou que a lei violava a Primeira Emenda, argumentando que o governo não poderia restringir a expressão com base no conteúdo ou no ponto de vista do discurso. A decisão foi um marco ao reafirmar que, mesmo em situações de discurso profundamente ofensivo, como o discurso de ódio contra minorias, o governo não pode criar leis que impeçam a expressão, a menos que essa expressão incite violência iminente.

O caso *Virginia v. Black* (2003) envolveu o uso da suástica e outros símbolos de ódio em manifestações públicas. A Corte, embora tenha considerado que a simples exibição desses símbolos não era, por si só, uma incitação à violência, permitiu que os estados regulassem atos de intimidação direta, como o uso da suástica em locais públicos para ameaçar indivíduos específicos. A decisão foi significativa por reconhecer que, embora a liberdade de expressão seja fundamental, ela não deve ser usada para intimidar e incitar ódio contra minorias, fornecendo uma linha tênue entre a liberdade de expressão e a proteção de indivíduos contra abusos.

Outro caso relevante foi *Matal v. Tam* (2017), que envolveu o nome de uma banda chamada "The Slants", formada por asiáticos-americanos. O nome da banda foi inicialmente negado pelo Escritório de Marcas Registradas dos Estados Unidos, alegando que o termo "Slants" era um insulto racial. A Suprema Corte, em uma decisão unânime, considerou que o governo não poderia proibir um nome baseado em seu conteúdo ofensivo, afirmando que a Primeira Emenda protege até mesmo expressões que

possam ser consideradas depreciativas ou ofensivas. A decisão ampliou a compreensão da liberdade de expressão, reafirmando que, para ser constitucional, a proteção do discurso deve ser ampla e não se restringir ao conteúdo.

Em *Snyder v. Phelps* (2011), a Corte teve que equilibrar o direito à liberdade de expressão com a proteção das famílias enlutadas, no contexto de protestos de um grupo religioso radical. A Igreja Batista de Westboro protestou no funeral de Matthew Snyder, um soldado que morreu no Iraque, com mensagens ofensivas contra a guerra e a homossexualidade. Embora o discurso fosse profundamente ofensivo e insensível à dor da família, a Corte decidiu, por 8 a 1, que o protesto era protegido pela Primeira Emenda, alegando que as mensagens estavam relacionadas a um debate público sobre questões políticas e sociais, mesmo que ofensivas para os indivíduos envolvidos.

Em casos como *Hurley v. Irish-American Gay, Lesbian and Bisexual Group of Boston* (1995), a Corte lidou com a questão da liberdade de expressão no contexto da associação e do discurso em eventos públicos. A decisão envolveu a recusa de um grupo de desfile irlandês em permitir que um grupo de gays e lésbicas participasse do evento, com base na liberdade de expressão e associação. A Corte decidiu que, embora as atitudes discriminatórias contra minorias sexuais fossem prejudiciais, o direito dos organizadores de um evento de expressar sua visão de mundo não poderia ser suprimido pela força do governo, destacando o difícil equilíbrio entre a proteção contra ofensas a minorias e a liberdade de expressão.

Em relação à proteção contra discursos que promovem discriminação, a Corte também abordou questões de expressão em *Rumsfeld v. Forum for Academic and Institutional Rights*

(2006), onde se discutiu a questão da liberdade de expressão no contexto de instituições acadêmicas. A Corte determinou que universidades públicas não poderiam ser forçadas a reconhecer organizações estudantis que discriminassem com base na orientação sexual. Embora o caso não tenha envolvido diretamente discurso de ódio, ele ilustrou o conflito entre a liberdade de expressão e a proteção contra a discriminação, particularmente no ambiente acadêmico.

Além disso, o caso *Texas v. Johnson* (1989), onde a Corte considerou a queima de bandeiras uma forma de expressão protegida pela Primeira Emenda, representa outro exemplo significativo. Embora o ato tenha sido profundamente ofensivo para muitos, especialmente para veteranos de guerra e outras comunidades, a Corte decidiu que a queima da bandeira era um ato simbólico de protesto protegido pela Primeira Emenda. Esse caso enfatizou que, apesar de o discurso ser ofensivo para determinados grupos, ele ainda deve ser protegido sob a Constituição se for uma forma de protesto pacífico.

Finalmente, o caso *Elonis v. United States* (2015) abordou a questão da liberdade de expressão em relação às ameaças online. A Corte decidiu que a simples expressão de pensamentos ameaçadores em redes sociais, sem uma intenção real de causar dano, não deveria ser considerada uma violação da lei federal. Embora a decisão tenha sido focada em questões de intenções e provas, ela sublinhou a necessidade de uma abordagem cautelosa ao lidar com discursos potencialmente prejudiciais, reconhecendo que a liberdade de expressão não pode ser infringida sem uma evidência clara de ameaça.

Em resumo, os casos julgados pela Suprema Corte dos Estados Unidos sobre liberdade de expressão e ofensas a minorias

refletem a complexidade de equilibrar o direito à livre manifestação de ideias com a necessidade de proteger grupos vulneráveis de discurso prejudicial. Embora a Corte tenha consistentemente defendido a liberdade de expressão, ela também tem reconhecido, em algumas circunstâncias, que a proteção contra a discriminação e o discurso de ódio pode justificar algumas limitações desse direito, criando uma jurisprudência dinâmica e evolutiva.

Brandenburg v. Ohio (1969)

O caso *Brandenburg v. Ohio* (1969) é um marco fundamental na jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos sobre a liberdade de expressão. Este julgamento introduziu o conceito do “teste de incitação clara e presente”, que se tornou a base para determinar quando o discurso pode ser restrito devido à incitação à violência. O caso envolveu a condenação de Clarence Brandenburg, um líder do Ku Klux Klan, por incitar violência em um discurso, e teve profundas implicações para a proteção da liberdade de expressão nos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito a discursos de ódio e incitação à violência.

O contexto do caso remonta a 1964, quando Brandenburg, um líder do Klan, fez um discurso em uma reunião pública em que convocava uma “retaliação contra o governo”, além de incitar a violência contra grupos minoritários. Ele foi processado sob a lei de Ohio, que proibia a incitação à violência, sendo inicialmente condenado por suas declarações. A questão central no julgamento foi determinar até que ponto a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que garante a liberdade de expressão, deveria ser aplicada a discursos incitadores de violência.

Antes de *Brandenburg*, a jurisprudência da Suprema Corte lidava com a incitação ao discurso de uma maneira mais ampla. No caso *Whitney v. California* (1927), por exemplo, a Corte permitiu a punição de discursos que defendiam a “violência iminente”, embora o conceito de “violência iminente” não fosse claramente definido. No entanto, o caso *Brandenburg* foi decisivo para estabelecer um critério mais restrito para punir o discurso que incita violência. A Suprema Corte, em sua decisão unânime, reverteu a condenação de *Brandenburg*, considerando que seu discurso não cumpria o requisito de incitar uma ação ilegal iminente.

A decisão de *Brandenburg v. Ohio* é significativa porque introduziu o teste de incitação clara e presente, que diz que o discurso só pode ser restrito se for direcionado a incitar uma ação ilegal iminente. O teste tem duas partes principais: primeiro, o discurso deve incitar uma ação ilegal e, segundo, essa ação deve ser iminente. Assim, o simples discurso de ódio, mesmo que contenha apelos à violência, não é suficiente para ser punido; é necessária a ameaça imediata de ação ilegal.

Esse teste tem sido amplamente utilizado em julgados subsequentes, consolidando uma visão de que a liberdade de expressão nos Estados Unidos é protegida de maneira robusta, mesmo quando envolve discursos de ódio. A Corte esclareceu que a Primeira Emenda protege não apenas opiniões moderadas e populares, mas também aquelas que são desrespeitosas, inflamatórias e, em muitos casos, ofensivas. Dessa forma, *Brandenburg* foi um passo significativo no fortalecimento da proteção da liberdade de expressão, mesmo em contextos potencialmente prejudiciais.

O impacto de *Brandenburg* vai além dos discursos de ódio, pois também delineou um

limite importante para a proteção constitucional. A decisão afirmou que o governo não pode intervir com base em uma mera tentativa de evitar o discurso ofensivo ou perturbador. Esse princípio tem sido fundamental para a liberdade de expressão nos Estados Unidos, proporcionando uma forte defesa contra a censura governamental em muitas situações, mesmo quando os discursos são profundamente ofensivos.

Ainda assim, a proteção da liberdade de expressão não é absoluta. Em casos posteriores, a Corte continuou a afirmar o princípio de *Brandenburg*, mas também destacou que, se o discurso incitar violência ou outras ações ilegais iminentes, ele pode ser restringido. Casos como *Virginia v. Black* (2003), que envolveu a exibição de símbolos de ódio, como a suástica, demonstraram que a incitação iminente à violência continua sendo uma base legítima para restringir o discurso, mesmo quando este está protegido pela Primeira Emenda.

Porém, a decisão em *Brandenburg* também levantou questões sobre como conciliar a proteção da liberdade de expressão com os direitos de proteção contra o discurso de ódio. O caso *R.A.V. v. City of St. Paul* (1992), por exemplo, reafirmou que, embora o discurso de ódio seja frequentemente protegido pela Primeira Emenda, o governo não pode proibir ou restringir o discurso com base no conteúdo ou no ponto de vista das ideias expressas. A Corte reiterou que o discurso, mesmo ofensivo, não pode ser restringido a menos que incite violência ou outras ações ilegais.

O caso *Brandenburg* também teve uma relação com o movimento pelos direitos civis e a luta contra a discriminação racial nos Estados Unidos. Embora a decisão não tenha tratado diretamente da questão racial, ela ocorreu em um

contexto em que o Ku Klux Klan ainda era ativo, e a supremacia branca promovia discursos de ódio que incitavam violência racial. Assim, a decisão reafirmou que, embora o discurso de ódio contra minorias fosse profundamente prejudicial, ele ainda era protegido, a menos que fosse uma incitação direta à violência iminente.

Por fim, *Brandenburg v. Ohio* é um exemplo claro de como a Suprema Corte dos Estados Unidos tem equilibrado a liberdade de expressão com a necessidade de garantir a segurança pública. A decisão estabeleceu um precedente importante para proteger o direito à livre expressão, enquanto reconhecia que, em algumas circunstâncias, o discurso que incita violência pode ser restringido. Esse equilíbrio é essencial para a compreensão da proteção constitucional nos Estados Unidos, onde a Primeira Emenda continua sendo um pilar fundamental da democracia.

Limitação da Liberdade de Expressão na Suprema Corte Americana

A liberdade de expressão nos Estados Unidos, garantida pela Primeira Emenda da Constituição, é uma das mais amplamente protegidas no mundo ocidental. No entanto, a Suprema Corte dos Estados Unidos tem reconhecido que, embora a Primeira Emenda proporcione uma ampla proteção, ela não é absoluta. Ao longo da história, a Corte tem delineado várias situações em que a liberdade de expressão pode ser limitada, com o objetivo de proteger outros direitos fundamentais e a ordem pública. Este capítulo explora alguns dos julgados mais significativos da Suprema Corte que estabeleceram as bases para as limitações à liberdade de expressão nos Estados Unidos.

O caso *Schenck v. United States* (1919) é um marco fundamental na história da

jurisprudência sobre a liberdade de expressão nos Estados Unidos. Charles Schenck, secretário do Partido Socialista dos Estados Unidos, foi condenado sob a Lei de Espionagem de 1917 por distribuir panfletos que incitavam à resistência contra o recrutamento militar durante a Primeira Guerra Mundial. O Partido Socialista, com o qual Schenck estava afiliado, se opunha à guerra, e seus panfletos pediam aos cidadãos que não se alistassem, argumentando que a guerra era imperialista e que o recrutamento violava os direitos civis dos trabalhadores. O governo federal considerou esse ato uma ameaça à ordem pública e à segurança nacional, levando à acusação e à condenação de Schenck por conspiração para obstruir o recrutamento.

A Suprema Corte, sob a presidência de Oliver Wendell Holmes Jr., foi chamada a decidir se a condenação de Schenck violava a Primeira Emenda, que protege a liberdade de expressão. A Corte, por maioria de votos, concluiu que a liberdade de expressão poderia ser limitada quando o discurso apresentasse uma ameaça clara e presente à segurança nacional. Em seu voto, Holmes introduziu o conceito de "perigo claro e presente" ("clear and present danger"), que se tornou um dos marcos na interpretação constitucional da Primeira Emenda. Ele argumentou que, embora a liberdade de expressão seja fundamental, ela não pode ser usada como uma proteção para discursos que incitem ações ilegais, especialmente quando tais ações possam prejudicar a segurança e a ordem pública.

O julgamento foi profundamente influenciado pelo contexto da Primeira Guerra Mundial, quando os Estados Unidos estavam engajados em um conflito global e havia uma preocupação generalizada com a lealdade interna e com a segurança nacional. Holmes reconheceu que a guerra cria um estado de emergência no

qual certos discursos podem representar um perigo imediato para a estabilidade do país. O panfleto distribuído por Schenck foi considerado como uma incitação ao desrespeito à lei e à ordem pública, algo que, segundo a Corte, justificava a intervenção do governo, mesmo em detrimento da liberdade de expressão. Portanto, o caso de Schenck estabeleceu que discursos pacíficos, mas que promovem a resistência a ações governamentais cruciais, podem ser restringidos quando representarem uma ameaça direta.

Apesar de a decisão em *Schenck* ter representado um avanço na limitação da liberdade de expressão, a aplicação do teste de "perigo claro e presente" foi posteriormente revisada e expandida. Em anos seguintes, a Corte passou a adotar uma abordagem mais restritiva, exigindo que o perigo fosse não apenas claro, mas também iminente. Isso ocorreu, por exemplo, no caso *Brandenburg v. Ohio* (1969), onde a Corte delineou mais claramente que a incitação à violência só seria punida se incitasse ações ilegais iminentes, e não apenas se existisse um risco remoto de perigo. O caso *Schenck* se tornou, portanto, um ponto de partida para o entendimento da liberdade de expressão em tempos de crise, mas também levou a uma revisão das condições sob as quais o discurso poderia ser reprimido.

O caso *Schenck v. United States* continua a ser um marco importante no entendimento da Primeira Emenda, pois demonstrou que a liberdade de expressão não é ilimitada e que o governo pode restringir o discurso quando este representa uma ameaça real à segurança pública. Embora a doutrina de "perigo claro e presente" tenha sido modificada ao longo dos anos, a decisão estabeleceu um precedente fundamental para avaliar os limites da liberdade de expressão, especialmente em tempos de guerra e crise

nacional. Esse caso permanece relevante para os debates contemporâneos sobre a tensão entre a segurança nacional e as liberdades individuais, sendo um exemplo clássico de como o contexto político e social pode influenciar as interpretações constitucionais.

Outra situação emblemática é a verificada no caso *Dennis v. United States* (1951), onde se envolveu líderes do Partido Comunista dos Estados Unidos, acusados de conspiração para derrubar o governo dos Estados Unidos por meios violentos. O caso surgiu no contexto da Guerra Fria, quando havia um forte temor da propagação do comunismo e uma crescente repressão às atividades subversivas dentro do país. Os réus foram processados sob a Lei Smith de 1940, que tornava crime a advocacia para a derrubada do governo por meios violentos. O Partido Comunista estava sob intensa vigilância do governo federal, e a acusação alegava que os réus incitavam a revolução comunista, visando a derrubada do sistema capitalista dos Estados Unidos.

O Tribunal de Apelação de Washington, D.C., havia inicialmente condenado os réus, e a questão central que chegou à Suprema Corte era se a aplicação da Lei Smith contra os membros do Partido Comunista violava a Primeira Emenda, que garante a liberdade de expressão. Os acusados argumentaram que suas atividades estavam protegidas pela Primeira Emenda, uma vez que não incitavam uma ação imediata ou concreta, mas eram simplesmente expressões de ideais políticos. A Suprema Corte, no entanto, decidiu que o governo poderia restringir a liberdade de expressão no caso de atividades subversivas que ameaçassem a segurança nacional e a ordem pública, mesmo que não houvesse uma ameaça iminente.

O julgamento foi decidido por uma maioria de seis votos a dois. O juiz Fred Vinson, que escreveu a opinião da maioria, argumentou que a Primeira Emenda não protege o discurso que advoga a derrubada violenta do governo, pois, mesmo sem uma ameaça imediata, a propagação dessas ideias poderia levar, a longo prazo, a um perigo real para o sistema político do país. A Corte aplicou um teste de "perigo claro e iminente", mas de forma mais ampla do que no caso *Schenck v. United States* (1919). Para a maioria dos juízes, a advocacia do comunismo representava uma ameaça potencial para a ordem pública e, portanto, poderia ser punida, mesmo sem evidências de que uma revolução estivesse prestes a ocorrer.

A decisão em *Dennis* ampliou o escopo do governo para restringir a liberdade de expressão com base na segurança nacional, incluindo não apenas incitação direta à violência, mas também a simples advocacia de ideologias subversivas. A jurisprudência estabelecida em *Dennis* foi criticada por muitos, que argumentaram que a Corte havia aberto caminho para uma repressão excessiva de ideologias políticas legítimas. A dissidência, escrita pelo juiz Hugo Black, alertou para o perigo de restringir a liberdade de expressão com base em suposições de risco futuro, defendendo que apenas discursos que incitam diretamente à ação ilegal iminente deveriam ser limitados.

Apesar de sua controvérsia, a decisão em *Dennis* teve um impacto significativo na forma como o governo dos Estados Unidos lidou com questões de segurança nacional durante a Guerra Fria. A Corte reafirmou o poder do governo para restringir a liberdade de expressão em nome da proteção contra ameaças percebidas ao sistema político, um princípio que foi expandido em casos subsequentes. No entanto, o caso também foi uma das primeiras manifestações da Corte sobre a

necessidade de balancear a liberdade de expressão com os interesses de segurança nacional, uma questão que continuaria a ser um tema recorrente nas decisões da Suprema Corte ao longo das décadas seguintes.

Nos anos seguintes, a decisão em *Dennis* foi eventualmente enfraquecida, especialmente após o caso *Yates v. United States* (1957), quando a Corte começou a adotar uma abordagem mais restritiva sobre a aplicação da Lei Smith. Em *Yates*, a Corte reconsiderou a interpretação do "perigo iminente", decidindo que a simples advocacia de ideias não era suficiente para justificar uma restrição à liberdade de expressão, e que o governo deveria demonstrar que a expressão resultaria em uma ação ilegal imediata. O caso *Dennis*, portanto, representa uma etapa importante na evolução da jurisprudência sobre as limitações à liberdade de expressão, destacando as tensões entre a proteção à liberdade de discurso e a necessidade de manter a segurança nacional.

Outra limitação à liberdade de expressão pode ser enxergada em *Miller v. California* (1973), quando a Suprema Corte enfrentou a questão da obscenidade e sua relação com a Primeira Emenda. Marvin Miller foi condenado por distribuir materiais obscenos, violando a lei estadual de Califórnia. A Corte, em uma decisão de 5 a 4, estabeleceu o famoso "teste Miller", que define o que constitui obscenidade e, portanto, não é protegido pela Primeira Emenda. O teste exige que, para algo ser considerado obsceno, deve satisfazer três critérios: (1) violar os padrões de conteúdo sexual da comunidade local; (2) ser patente em seu apelo ao interesse sexual; e (3) carecer de valor artístico, literário, político ou científico significativo.

A decisão em *Miller* marcou um ponto de inflexão, pois reconheceu que certos tipos de

discurso, como a pornografia obscena, podem ser restritos sem violar a Constituição. Isso criou uma limitação significativa à liberdade de expressão, ao estabelecer que a obscenidade não está protegida pela Primeira Emenda, permitindo que os governos restrinjam conteúdos considerados imorais ou prejudiciais para a moral pública.

Considerações Finais

A construção do conceito de liberdade de expressão na jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos reflete um processo dinâmico e complexo, fundamentado na necessidade de equilibrar a proteção das liberdades individuais com os interesses públicos, como a segurança nacional, a ordem pública e a proteção contra discursos prejudiciais. Desde a ratificação da Primeira Emenda até os dias atuais, a Corte tem se deparado com uma ampla gama de casos que testaram os limites dessa liberdade, estabelecendo precedentes que ajudaram a moldar a compreensão contemporânea do direito à livre expressão. No entanto, as interpretações da Primeira Emenda variaram conforme o contexto político, social e histórico, principalmente durante períodos de crise, como as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria.

Nos primeiros anos da Corte, a aplicação da Primeira Emenda foi relativamente restrita, como evidenciado pelo caso *Schenck v. United States* (1919), no qual a Suprema Corte introduziu o "teste de perigo claro e presente" para justificar restrições à liberdade de expressão quando essa representava uma ameaça à segurança nacional. A jurisprudência subsequente, como *Dennis v. United States* (1951), ampliou esse conceito ao permitir que a advocacia de ideologias subversivas fosse reprimida, mesmo sem uma ameaça iminente de violência. O conceito de "perigo iminente" se

tornou um ponto central nas discussões sobre os limites da liberdade de expressão, refletindo a crescente preocupação com a segurança interna em contextos de tensões políticas internas e externas.

No entanto, a evolução da jurisprudência foi marcada por uma tendência em ampliar as proteções à liberdade de expressão em detrimento de restrições mais amplas, como visto no caso *Brandenburg v. Ohio* (1969), que redefiniu os limites da incitação à violência. A Corte afirmou que o governo só poderia restringir a liberdade de expressão se o discurso incitasse a ação ilegal iminente. Essa decisão foi crucial para garantir que a liberdade de expressão fosse amplamente protegida, mesmo em casos que envolviam discursos provocadores ou de ódio, desde que não houvesse uma incitação direta à violência imediata. O teste estabelecido em *Brandenburg* tornou-se um marco na definição das condições sob as quais a liberdade de expressão poderia ser limitada, refletindo uma ênfase maior na proteção das liberdades individuais.

Porém, apesar de amplamente proteger o discurso, a Suprema Corte também reconheceu que certas formas de expressão, como a obscenidade e o discurso de ódio, poderiam ser restringidas sem violar a Primeira Emenda. Casos como *Miller v. California* (1973) estabeleceram que materiais obscenos não são protegidos pela Constituição, enquanto em *R.A.V. v. City of St. Paul* (1992), a Corte concluiu que o governo não pode restringir a liberdade de expressão com base no conteúdo ideológico ou no tipo de discurso, como no caso de símbolos de ódio, se não houver uma ameaça direta à segurança ou ordem pública. Esses julgados ilustram a tensão constante entre proteger a liberdade de expressão e restringir discursos que possam ter um impacto negativo na

coesão social ou que representem um risco à segurança pública.

Em síntese, a jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos sobre a liberdade de expressão demonstra um contínuo processo de adaptação e reflexão sobre como equilibrar os direitos individuais com os interesses públicos. Embora a proteção à liberdade de expressão seja uma das mais fortes características da Constituição dos Estados Unidos, as restrições impostas em situações específicas, como discursos que incitam violência ou que envolvem obscenidade, refletem a complexidade desse direito. A jurisprudência da Suprema Corte continua a ser um campo dinâmico, que responde às mudanças nas necessidades sociais, políticas e culturais do país, sempre tentando encontrar um equilíbrio entre a liberdade individual e a manutenção da ordem pública e da segurança nacional.

Referências Bibliográficas

ACKERMAN, B. *We the People: Foundations*. Harvard University Press, 1991.

ABRAMS, A. *Freedom of Speech: A Critical Analysis*. Oxford University Press, 1997.

ABRAMS, S. *Freedom of Speech and the Law: First Amendment Developments in the United States*. University of Chicago Press, 2008.

BALKIN, J. M. *Free Speech in the Digital Age*. Harvard University Press, 2001.

BOWERS, W. J. *Constitutional Law: Cases and Materials*. West Academic, 2012.

COHN, A. *The First Amendment: Cases and Materials*. West Publishing, 2001.

ELY, J. H. *Democracy and Distrust: A Theory of Judicial Review*. Harvard University Press, 2002.

GORDON, S. *Religion and the Constitution: A Historical Introduction*. Harvard Law Review, v. 112, n. 1, p. 87-110, 1999.

JEFFERSON, T. *Letter to John Dickinson*, 1787.

KLARMAN, M. J. *From Jim Crow to Civil Rights: The Supreme Court and the Struggle for Racial Equality*. Oxford University Press, 2004.

MILLER, D. *The Ethics of Speech*. Cambridge University Press, 2010.

PERRY, M. J. *The Constitution in American Life*. Oxford University Press, 2002.

STONE, G. R. *Perilous Times: Free Speech in Wartime*. W.W. Norton & Company, 2010.

SUNSTEIN, C. R. *Democracy and the Problem of Free Speech*. The Free Press, 1993.

TUSHNET, M. *The First Amendment in the Twenty-First Century*. University of California Press, 2009.